

# A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA: uma análise dos governos de Lula a Bolsonaro

*Andréa Araujo do Vale\**  
(UFF, Brasil)

*Savana Diniz Gomes Melo\*\**  
(UFMG, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v8i13.864>

**Resumo:** o artigo objetiva problematizar os projetos para a educação superior dos governos de Lula a Bolsonaro no que concerne às instituições públicas de educação superior. Resulta de análise qualitativa, exploratória e utiliza pesquisa bibliográfica e documental. O estudo mostra que os primeiros governos do Partido dos Trabalhadores não concretizaram a defesa da educação pública como direito, mas operaram sua reconfiguração neoliberal com nuances democratizantes. Os governos de Temer e Bolsonaro promoveram ataque aberto à educação superior. O novo governo Lula aponta para a rearticulação da conversão das instituições públicas de educação superior ao projeto de educação do/para o capital, capturando trabalhadores em redes de esperança e subordinação, como a que se expressa pela introdução/manutenção de dispositivos de gestão empresarial do trabalho.

**Palavras-chave:** Educação Superior, Política da educação, Política governamental, Projetos educacionais

**Palavras-Chave:** Educação Superior. Política Educacional. Política Governamental. Projetos Educacionais.

---

\* Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF), onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Serviço Social. É Coordenadora do Eixo Temático 4 da pesquisa integrada intitulada "Políticas, Gestão e Direito à Educação Superior: novos modos de regulação e tendências em construção pós-2013", realizada no âmbito da Rede Universitas/BR. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7142-6445>, E-mail: [andrearaujodovale@gmail.com](mailto:andrearaujodovale@gmail.com)

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral na *Universidad General de San Martín*, Buenos Aires, Argentina, com Pós-Doutorado pela Faculdade de Ciências da Educação da *Universidad de La Coruña*, Galícia, Espanha. É docente aposentada da Faculdade de Educação da UFMG. Atua como docente voluntária no Programa do Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social (PPGE/FaE/UFMG). É Membro da Rede Universitas/BR e co-coordena o Eixo 4 – *O trabalho nas instituições de educação superior brasileiras*, é membro da Direção Colegiada da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (REDE ASTE) e membro da Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente (REDE ESTRADO). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0415-5344>, E-mail: [sdgmufmg2@gmail.com](mailto:sdgmufmg2@gmail.com)

## THE BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION: an analysis of the governments from Lula to Bolsonaro

**Abstract:** the article aims to problematize the higher education projects of governments from Lula to Bolsonaro with regard to public institutions of higher education. It results from qualitative, exploratory analysis and uses bibliographic and documentary research. The study shows that the first governments of the Workers' Party did not materialize the defense of public education as a right, but operated its neoliberal reconfiguration with democratizing nuances. The Temer and Bolsonaro governments promoted an open attack on higher education. The new Lula government points to rearticulate the conversion of public institutions of higher education to the education project of/for capital, capturing workers in networks of hope and subordination, such as that expressed by the introduction/maintenance of corporate labor management devices.

**Keywords:** Higher Education. Educational Policies. Government Policy. Educational Projects.

## LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA BRASILEÑA: un análisis de los gobiernos de Lula a Bolsonaro

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo problematizar los proyectos de educación superior de los gobiernos, desde Lula hasta Bolsonaro, en relación con las instituciones públicas de educación superior. Resulta de un análisis cualitativo, exploratorio y utiliza investigaciones bibliográficas y documentales. El estudio muestra que los primeros gobiernos del Partido de los Trabajadores no materializaron la defensa de la educación pública como un derecho, sino que operaron su reconfiguración neoliberal con matices democratizadores. Los gobiernos de Temer y Bolsonaro promovieron un ataque abierto a la educación superior. El nuevo gobierno Lula pretende rearticular la conversión de las instituciones públicas de educación superior al proyecto de educación de/para el capital, capturando a los trabajadores en redes de esperanza y subordinación, como la expresada por la introducción/mantenimiento de dispositivos corporativos de gestión laboral.

**Palabras clave:** Educación Universitaria. Política Educativa. Política Gubernamental. Proyectos Educativos.

## Introdução

As instituições de ensino superior públicas brasileiras tem passado por profundas alterações nos últimos anos, *pari passu* às transformações operadas na educação superior, envolvendo finalidades, formas de financiamento e de gestão (CHAVES; AMARAL, 2015), mudanças pedagógicas na graduação, modificações da lógica curricular e das formas de organização do ensino (Silva; Najjar; Lima, 2020), mudanças na pós-graduação (produtivismo acadêmico) (Bianchetti; Valle, 2014), alterações de regimes de trabalho e de previdência (Granemann, 2006), de formação docente e discente, do perfil dos trabalhadores, especialmente com a terceirização, entre outras. Tais transformações compõem e expressam um novo paradigma para o setor, em nível mundial sob escopo do

neoliberalismo, que constitui uma das respostas à crise do capitalismo desde meados da década de 1970.

O neoliberalismo pode ser definido como uma teoria econômica que aprofunda/refunda os princípios do liberalismo clássico - fundante do capitalismo - em economia globalizada e em crise, defende a livre iniciativa, a livre concorrência, a diminuição do papel do Estado na economia e a redução de barreiras ao comércio internacional. Sob essa orientação, o capitalismo, que é um modo de produção em que a riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos proprietários dos recursos sociais de produção (Fontes, 2017), por meio de exploração, exacerba essa exploração dos trabalhadores sob a predominância financeira. Para tanto, reconfigura e reorienta o Estado, bem como aprofunda e sistematiza o papel do fundo público na acumulação de capital (Harvey, 2008; Behring, 2012).

Trata-se de um projeto em curso em nível mundial há décadas, sob a orientação de organismos internacionais, legítimos representantes dos interesses das grandes potências e classes imperialistas que disputam a partilha do mundo. No Brasil, esse projeto neoliberal se instala a partir de 1990. Contudo, como o país é subordinado, dominado pelo imperialismo e ocupa lugar subordinado na divisão internacional do trabalho, apresenta-se como ofertante de força de trabalho abundante e barata (desprotegida) e vendedor de *commodities*<sup>1</sup>, apartado da produção de ciência e tecnologia de ponta, que se restringe às potências imperialistas.

Nesse processo, o campo da educação superior, dentre outros, passa a se apresentar como espaço fecundo para a exploração empresarial, o que requer a expansão do setor privado, de caráter cada vez mais abertamente mercantil, a privatização das instituições públicas (seja a clássica ou a privatização interna), a diversificação institucional, de cursos, de "modalidades" e de certificação e a adequação do ensino e do trabalho nelas exercido, em conformidade com a lógica lucrativa e/ou de gestão gerencial. O Estado, suas estruturas, organizações e seus gestores, são um importante aparato à disposição de setores da classe dominante e de seus interesses para conformar o espaço da educação superior a esta racionalidade.

No Brasil, sob o impulso do Estado, a educação superior é transformada em mercadoria com vistas à consolidação de um projeto de educação das grandes corporações mundiais e alavancado pelos organismos internacionais para os países periféricos, caracterizado pelo aprofundamento da mercantilização, do empresariamento e da privatização educacional, de desnacionalização da educação e de consolidação de um novo mercado educativo global. As instituições públicas são sucateadas, desfinanciadas (Chaves; Guimarães; Reis, 2023), reconfiguradas e conduzidas a um *locus* entre a ausência de condições e o produtivismo acadêmico que altera profundamente o *ethos* acadêmico e a cultura das universidades (Sguissardi; Silva Jr., 2009).

Os órgãos governamentais operacionalizam reformas, no sentido de implementar as diretrizes preconizadas pelos organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial, de modo consubstanciar tal projeto desde 1990. Na educação superior, mudanças significativas são operadas na gestão, no financiamento, no ensino, na avaliação, no trabalho docente, na carreira, na previdência e na remuneração do magistério superior

---

<sup>1</sup> No Brasil, as principais *commodities* são agrícolas (soja, trigo, milho, açúcar), óleo e minerais (minério de ferro, petróleo, gás natural) e metais (ouro, prata, alumínio).

federal, entre outras, sob os argumentos falaciosos de melhoria da qualidade e de valorização do magistério, para ajustá-la aos requerimentos desse projeto.

Em consequência, verifica-se a proliferação e consolidação de novas formas de organização do trabalho caracterizadas por contrações mais flexíveis, precárias e temporárias (Meirelles; Reis; Moraes, 2021), a desorganização das carreiras, a precarização da remuneração (sem reposição sequer de perdas inflacionárias em sua totalidade), a desregulamentação das leis protetivas do trabalho, a intensificação da jornada de trabalho, as perdas previdenciárias, entre outros, que resultam, em certos casos e circunstâncias, em redução de quadros, terceirizações e aumento da exploração dos trabalhadores.

O objetivo desse artigo é trazer evidências e problematizar os projetos para a educação superior com recorte nos governos entre 2003 a 2023 no que concerne ao trabalho exercido nas IPES, com destaque sobre o trabalho. É importante destacar que os governos anteriores, pós-1990 (de Fernando Collor de Melo<sup>2</sup>, Itamar Franco<sup>3</sup> e Fernando Henrique Cardoso<sup>4</sup>), contribuíram para a instalação e avanço do projeto neoliberal no Brasil. Mas, desde 2003 e, sobretudo de 2008, tal plano se aprofundou e a educação superior tornou-se alvo de uma profunda reforma de caráter empresarial. Desde então, o trabalho nas IPES foi amplamente reconfigurado, como se pretende demonstrar.

Para realização deste estudo de caráter exploratório, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental. Buscou-se analisar legislações e documentos dos governos focalizados, com o propósito de identificar evidências de similitudes, diferenças, rupturas e continuidades do projeto de privatização da educação superior pública iniciado em 1990 no país e suas implicações sobre o trabalho exercido nesse setor.

O texto se compõe de dois tópicos, além dessa introdução. O primeiro apresenta as políticas e ações para a educação superior e o trabalho nas IPES adotadas durante os governos de Lula a Dilma (2003-2010/2011-2016). O segundo apresenta as medidas para a educação superior e o trabalho nas IPES, tomadas durante os governos de Temer e de Bolsonaro (2016-2018/2018-2022), respectivamente.

As gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) operaram uma política para a educação que se move nos marcos da política de conciliação de classes e do reformismo fraco que

---

<sup>2</sup> Collor inaugurou o processo de ajustes e de reformas requeridos pela crise capitalista, com o *sucateamento* e da entrega dos serviços públicos à iniciativa privada. Modificou legislação relativa a reajustes salariais, resultando em perda de, aproximadamente, 70% do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores em relação a março de 1990. Desenvolveu política de confronto com o funcionalismo. Confiscou a poupança dos trabalhadores. Dispensou 306.000 servidores para diminuir os gastos públicos. Colocou cerca de 55.000 servidores em disponibilidade; 112.000 foram demitidos ou dispensados da administração direta, autárquica, fundacional de empresas públicas e de sociedades de economia mista; 45.000 se aposentaram (Melo, 2002).

<sup>3</sup> Itamar Franco seguiu o processo de ajustes e reformas demandados pelo capital. Com FHC no Ministério da Fazenda, implementou o Plano Real, que previa o controle inflacionário e a estabilização econômica, contenção os gastos públicos, privatização de várias empresas estatais, redução do consumo com o aumento das taxas de juros e baixa dos preços dos produtos por meio da abertura da economia à competição internacional. Criou a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) para todos os servidores públicos civis do Poder Executivo como forma de não aumentar os vencimentos básicos dos Servidores Públicos Federais de forma linear (Melo, 2002).

<sup>4</sup> FHC enfatizou as alterações constitucionais que dariam espaço às mudanças a serem posteriormente implementadas, com as Emendas Constitucionais n.º 19 e 20/1998. Aprofundou o processo de expansão da educação superior privada com verba pública e de indução para as Instituições Federais de Educação Superior captarem recursos no setor privado. Reduziu investimentos públicos para as universidades públicas, ocasionando um processo de *sucateamento* de suas instalações e das condições de trabalho. Introduziu dispositivos que quebravam a isonomia entre as remunerações nos mesmos níveis da carreira via uma avaliação de desempenho pautada por critérios produtivistas (Melo, 2002).

caracteriza a tônica mais geral destes governos. Como mostra Mancebo (2017), embora tenha ampliado as políticas sociais compensatórias que, efetivamente, melhoraram a vida da parcela mais empobrecida da população brasileira, não realizaram reformas estruturais, não incrementaram a qualidade/quantidade dos serviços públicos, acompanharam a reprimarização da economia, bem como contribuíram com a despolitização e regressão da consciência da classe trabalhadora. No que tange à educação superior e ao trabalho nas IPES, a política foi conduzida por diferentes “pacotes” de leis, decretos, portaria, que criam programas de expansão caracterizados pela introdução potente de mudanças institucionais como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Brasil, 2007) e o Ensino a Distância (EaD) com a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) (Brasil, 2006). No caso do setor privado, tem-se a expansão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a generalização das isenções fiscais, previdenciárias e tributárias pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), que foram as principais iniciativas, sustentadas pelo fundo público.

Com uma inflexão abertamente regressiva no projeto neoliberal, desde o final do primeiro governo Dilma, a crise econômica internacional se alastra e repercute pesadamente no país em termos políticos e institucionais, criando impasses que levaram ao *impeachment* da presidenta Dilma que conduz ao governo Michel Temer. Este, a partir dos programas do MDB intitulados Uma ponte para o futuro (2015) e Travessia Social (2016), priorizou medidas estruturais de ajuste econômico, como o Teto de Gastos, promoveu contingenciamentos e cortes nos orçamentos da IFES e inaugurou um ataque aberto à educação como um direito, continuado e ampliado pelo governo Bolsonaro.

Inventariando a política desenvolvida no governo Bolsonaro, analisando seu sentido e desdobramentos especificamente sobre o trabalho, em um contexto de acirramento da crise econômica e da crise sanitária disparada pela pandemia da COVID – 19 (que, por sua vez, serve de mecanismo de exceção para a implementação de medidas que caminham na direção da destruição do caráter público da educação superior e da própria educação como direito), pode-se localizar uma ofensiva que se espalha em cinco eixos: 1) a desqualificação das instituições e de suas comunidades, com um discurso aviltante em nome de uma suposta “guerra cultural”, dando ensejo a ameaças e perseguições; 2) as intervenções diretas na gestão das IFES pela nomeação de Reitores que não foram escolhidos pelas comunidades acadêmicas, o que mina a participação democrática como princípio organizador da vida das universidades, além de ferir o preceito constitucional da autonomia universitária; 3) o estrangulamento financeiro das instituições, do orçamento de Ciência & Tecnologia, dos serviços e do funcionalismo público, que se desdobram e entrelaçam por diversas vias; 4) os programas e ações desenhados para a reconfiguração das IFES, em que se destacam o Programa Institutos e Universidades Inovadoras e Empreendedoras - Future-se e os Plano de Gestão do Trabalho introduzidos pelo governo, com destaque para o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), instituído pela Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 11.072/2022; e 5) a introdução do ensino remoto e suas consequências, incluindo-se aí a permanência da hibridização das atividades e do ensino híbrido.

O novo governo Lula assinala um retorno, embora sob um reformismo ainda mais estreito, do projeto do/para o capital para as instituições públicas de educação. Iniciado com um clima de alívio depois da pandemia-pandemônio e da derrota eleitoral de Bolsonaro, o governo faz alguns acenos às IFES, como o reajuste salarial e uma certa

recomposição orçamentária, que canalizam esperanças de investimento e encaminhamento das IFES e de suas comunidades a uma suposta normalidade. Todavia, o novo arcabouço fiscal, quando analisado detidamente, não deixa margens a ilusões: não há muito espaço para recomposição de investimento e, menos ainda, para incrementos, nem nos marcos das gestões anteriores do PT.

## **A educação superior e os governos de Lula a Dilma (2003-2010/2011-2016)**

Embora os governos de Lula, Dilma e Temer possam ser considerados de continuidade, pois foram coalizões eleitas com um projeto de governo, eles apresentam particularidades no processo de avanço do projeto neoliberal que merecem destaque. Desse modo, serão apresentados nesse tópico as principais medidas adotadas por tais governos, medidas essas que expressam tanto elementos do projeto global do capital, quanto do projeto de educação para o capital e seus requerimentos para a reconfiguração do trabalho.

O governo Lula/José de Alencar (2003-2010) se desenvolveu, em grande parte, sob a reprimarização da economia brasileira e o *boom* das commodities. O governo adotou um discurso de pacto social, deu continuidade, aprofundou e qualificou as medidas implementadas pelos governos anteriores, no sentido da privatização interna da educação superior pública e da precarização do trabalho exercido no setor (Carneiro, 2006; Otranto, 2006; Rocha, 2022) ao mesmo tempo em que implementou políticas de corte democratizante que trouxeram novas contradições para as IFES, como o caso do REUNI e da Política de Ações Afirmativas.

Cabe ressaltar que a expansão promovida pelo REUNI, quando considerada no que tange ao aumento de vagas na graduação e, especificamente nos cursos noturnos, representa um avanço potencial em termos de democratização da IFES. Todavia, novas contradições são aí introduzidas nas mais diversas instituições articuladas a fatores como: a situação anterior dessas IFES (tanto em termos estruturais, como no que se refere à situação dos quadros de docentes e de técnicos), as novas demandas de permanência estudantil, de infraestrutura (se considerarmos a diversidade regional e nacional). Como mostram Magalhães e Real (2018), a partir de revisão de literatura, o programa não atingiu as metas propostas relacionadas aos seus eixos centrais (os percentuais de conclusão de curso pelos alunos, a reestruturação curricular e a otimização da relação/razão de docentes por estudantes), tampouco garantiu a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes, bem como relaciona-se a um aumento da precarização e intensificação do trabalho docente

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem se mostrado insuficiente para enfrentar este desafio. Tais contradições são acirradas com as políticas de ações afirmativas. Estas representam, sem dúvida, um avanço democratizador, mas, no marco da desigualdade constitutiva da sociedade brasileira, remetem a desafios mais amplos para a permanência e sucesso dos estudantes, para as relações pedagógicas no interior das instituições e para os trabalhadores das IFES aos quais os governos petistas não deram respostas.

Também estabeleceu uma estratégia de reduzir as resistências apresentadas por meio de fragmentações de projetos e de setores, adoção de novas denominações para iniciativas anteriores - concessão em lugar de privatização, por exemplo - e atrelamento de burocracias sindicais ao seu governo (Tavares; Nogueira, 2021). Algumas medidas mais significativas merecem destaque, a começar pela aprovação da Reforma da Previdência do setor público, sob o escândalo do Mensalão<sup>5</sup>, por meio da EC n.º 41/2003. Essa Reforma da Previdência taxou os aposentados, introduziu a previdência privada e retirou o direito da aposentadoria integral dos servidores públicos<sup>6</sup>.

Os governos do PT tomaram como um eixo estruturante da política as Parcerias Público-Privadas e estabeleceram normas gerais para sua licitação e contratação no âmbito da administração pública, por meio da Lei n.º 11.079/2004, bem como promoveu a privatização de rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, entre outros, sob a retórica de processos de concessão.

Após a aprovação da Reforma da Previdência, o governo Lula favoreceu as políticas de reestruturação produtiva e de precarização do trabalho e envidou esforços para reformar a legislação trabalhista e sindical. Estimulou o processo de expansão das IES privadas com recursos públicos, sobretudo via FIES<sup>7</sup> e PROUNI<sup>8</sup>. Promoveu expansão das IFES por meio do REUNI, que resultou no aprofundamento da precarização do trabalho docente e do ensino. Implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei n.º 10.861/2004, que possibilitou a criação de um *ranking* das universidades brasileiras, estimulando uma lógica competitiva.

O REUNI, instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 em conjunto com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação instituído pelo Decreto N.º 6.094/2007<sup>9</sup>. Os objetivos declarados do REUNI foram: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; diversificar as modalidades dos cursos

---

<sup>5</sup> A crise, que começou como um caso de desvio de recursos públicos na direção de uma estatal, revelou-se posteriormente um esquema de pagamentos de propinas a parlamentares da base aliada para a compra de votos em questões importantes para o governo. Foi assim que se conseguiu, por exemplo, aprovar a reforma da Previdência em 2003. Ver, a esse respeito, Carneiro (2006) e Carvalho (2013).

<sup>6</sup> A lógica da reforma é aumentar a idade e tempo de contribuição, bem como tempo no serviço público e no cargo e diminuir o valor das aposentadorias, criando ainda um arcabouço para que outros entes federados sigam o mesmo caminho rumo à extinção gradual do regime de previdência pública e da consolidação da previdência privada (MELO, 2002).

<sup>7</sup> O FIES (Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001) financia cursos superiores com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Criado em 1976 pelo regime militar, sob o nome de Crédito Educativo, foi remodelado durante o governo de FHC e ampliado no governo de Lula. Financia estudantes de cursos superiores em Instituições de Ensino Superior privadas, mediante a assinatura de termo de adesão. O FIES impacta diretamente os recursos orçamentários da União para a educação, sobretudo a partir de 2010, com o "Novo FIES", que fortaleceu a parceria público-privada.

<sup>8</sup> O PROUNI, criado em 2004 e oficializado em 2005 (Lei n.º 11.096/2005), promove o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública ou como bolsista integral em escola particular. Concede bolsa de estudo de 100% em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. O candidato tem que prestar o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e obter média mínima de 450 pontos e nota maior que zero na redação. O PROUNI impacta os recursos orçamentários da União para a educação, fortalecendo as corporações que exploram o campo educacional com fins lucrativos (ROCHA, 2022).

<sup>9</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, tem como iniciativa central na área educacional o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE reuniu um conjunto de programas que visaram melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas e se estruturou em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, alfabetização e diversidade. No âmbito da educação superior, consta o REUNI, que cria o banco de professor equivalente com o objetivo não declarado de reduzir o número anual de vagas docentes em cada universidade federal. Ver em Carneiro (2006).

de graduação, através da flexibilização dos currículos, do ensino a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de certificações; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino.

Manteve e aprofundou um sistema de avaliação da CAPES, induzindo, por essa via, a reforma do processo de trabalho docente subordinando ao cumprimento de metas e resultados quantitativos em detrimento da qualidade. Aumentou a intensificação do trabalho docente e discente, com reverberações sobre a saúde da comunidade acadêmica (Sguissardi; Silva Jr., 2009). No âmbito da carreira docente, adotou medidas incisivas em seu desmonte, mediante a criação da classe de Professor Associado e a separação da Retribuição por Titulação (RT) do vencimento básico, em 2008, que implicaram em mais perdas salariais aos docentes (Rocha, 2022).

Centrais sindicais legalizadas apoiaram o governo e se adaptaram ao processo de reestruturação produtiva e precarização do trabalho imposto pelo patronato. Negligenciaram o combate desses processos e do sistema do capital, trocando os movimentos de resistência pela negociação com o governo. Assumiram, portanto, política de conciliação de classes, sendo um braço do governo do Partido dos Trabalhadores.

No governo Lula, ocorreu cassação do registro sindical do ANDES-SN. Inicialmente, a cassação aconteceu após um mandado de segurança impetrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC) e pela Confederação dos Trabalhadores em Educação e Ensino (CONTEE). Foram aproveitadas brechas na legislação para questionar a legitimidade jurídica e a representatividade política do ANDES-SN. Graças à mobilização dos professores e à intensa luta política e jurídica que se estendeu entre 2003 e 2009, finalmente, o registro sindical foi reconquistado em 05 de junho de 2009. Entretanto, o Sindicato Nacional perdeu o direito de representar os docentes do setor privado (ANDES-SN, 2020a), o que representou a vitória da CNTEEC e da CONTEE, ambas colaboracionistas do governo.

O governo Lula recorreu à repressão, à cooptação e ao divisionismo no movimento sindical para consolidar seu projeto de governo. Apoiou a criação da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação)<sup>10</sup>, o que dividiu e enfraqueceu o movimento docente nacional. Os planos inconclusos do governo Lula tiveram prosseguimento no governo de Dilma, porém em um contexto de crise econômica, política e social, como veremos mais adiante.

Fez avançar o EaD, com o Decreto n.º 5.622/2005, que regulamentou a sua oferta no Brasil como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de

---

<sup>10</sup> O PROIFES nasceu em 2004 sob a iniciativa do grupo político derrotado nas eleições para a direção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), contando com o impulso do governo federal, em meio ao processo de expansão das Universidades Federais. Constituiu-se como uma federação sindical. A sua composição política é oriunda de quadros associados a partidos da base do governo Lula (PT e o Pcdob) e com vínculos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), sendo, portanto, a reedição do peleguismo sob o governo Lula. Desde então, disputou a base do ANDES-SN se apresentando aos professores em greve como antagonista democrata do "sectarismo" sindical e defendendo a negociação (adesão) com o governo. Das 59 Universidades Federais, o PROIFES logrou ser representante sindical em apenas sete delas.

informação e comunicação, com alunos e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempo variados fomentando a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro, com poucas restrições. Com o Decreto n.º 5.800/2006, estruturou a UAB, voltada para o desenvolvimento da modalidade de EaD, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil.

Outro eixo de ação foi a reestruturação da carreira do magistério superior federal com a criação da classe de Professor Associado por meio da Lei n.º 11.344/2006 e a transformação da GED em Gratificação Temporária para o Magistério Superior (GTMS), mantendo a lógica (Rocha, 2022). Mais tarde, aprovou a Lei n.º 11.784/2008, que realizou alterações substanciais na lógica da carreira. As classes e os níveis não foram modificados. Com ela, desde 1º de fevereiro de 2009, a remuneração do professor passou a ser composta por três elementos: I – Vencimento Básico, II – Retribuição por Titulação (RT) e III – Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) (Brasil, 2008b). A precarização foi ampliada com a remuneração em separado da RT. No decorrer do tempo, os aumentos incidiram mais sobre a RT do que sobre o vencimento básico. Em 2020, para os doutores com DE, a RT compunha 53% da remuneração (ANDESUFGRS, 2020).

Os governos de Dilma (2011-2016), como referido, deram prosseguimento às medidas implementadas pelo governo Lula e anteriores, porém em um contexto distinto, marcado pela crise econômica mundial, iniciada em 2008 e aprofundada em seu governo (Rocha, 2022).

Na educação superior pública, Dilma promoveu a expansão por meio do REUNI que acarretou o aprofundamento da precarização do trabalho docente e do ensino. O REUNI, somado a medidas anteriores, engendrou uma das maiores greves dos professores das IFES no Brasil, em 2012. De forma unilateral e contrariamente às reivindicações do Movimento paredista, um novo plano de carreira para os professores foi apresentado ao Congresso Nacional pelo Governo e que, quando aprovado, resultou na extinção do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE)<sup>11</sup> e no aprofundamento da desestruturação da carreira (Rocha, 2022). Paralelamente, o governo estimulou o processo de mercantilização na saúde e na educação, operado a partir da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e das empresas similares, restringindo os direitos à saúde e à educação públicas, como quando engendrou cortes nos orçamentos das IFES.

Dilma aprovou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, legalizando e estimulando que os docentes buscassem remuneração adicional, sem renunciar à DE. Reformou a Previdência dos servidores, criando a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE). Com ela, promoveu-se a redução dos direitos dos trabalhadores, sob a justificativa do déficit da Previdência Social. O valor das aposentadorias e pensões deixou de ter por base de cálculo a totalidade da remuneração recebida pelo servidor na atividade, sendo limitado ao teto pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Com isso, impulsionou a previdência privada, pedra de toque da predominância financeira e interesse da fração rentista nacional e internacional.

Algumas medidas previstas e iniciadas no governo Dilma não puderam ser concluídas em razão do seu *impeachment* em 2016, sob a acusação de praticar pedaladas fiscais.

---

<sup>11</sup> Sobre o PUCRCE, a EBSERH e o RGPS, ver Rocha (2022).

Algumas das mais importantes delas, foram finalizadas por seu vice, que assumiu a presidência em sua saída.

## **A educação superior e as IPES durante os governos Temer e Bolsonaro**

Temer (2016-2018) assume o governo dando sequência aos planos de ajuste estrutural, expressos em dois documentos: “Uma ponte para o futuro” (2015) e seu substituto, “Travessia Social”. Priorizou medidas de ajuste fiscal na área econômica, promoveu contingenciamentos e cortes nos orçamentos da IFES. Aprovou com celeridade e, sob uma onda greves de ocupação em universidades e escolas de ensino médio do país, a draconiana EC n.º 95/2016 que alterou o regime fiscal, impondo o congelamento dos recursos destinados às áreas sociais – saúde e educação, entre outras –, despesa com pessoal e infraestrutura por um período de vinte anos e a reforma do Ensino médio.

A reforma trabalhista aprovada em seu governo mudou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vigente desde 1943, flexibilizando vários direitos trabalhistas e precarizando mais o trabalho realizado no país e, praticamente, tornando a CLT desprotetiva. Temer aprovou a liberação da terceirização para atividades-fim por meio da Lei n.º 13.429/2017.

Em seu governo, Temer fez avançar significativamente o projeto neoliberal sobre a área trabalhista e social e atingiu fortemente a educação superior e o trabalho nela exercido. Com a ampliação para 40% da carga horária a distância em cursos presenciais, o EaD deu um salto espetacular, o que incrementou mais o setor privado mercantil na educação superior. Como mostra Mancebo (2017), no caso das IES públicas, a expansão de matrículas e cursos é mais contida por causa dos ajustes, o que, no limite, leva as instituições a adotar, como estratégia de enfrentamento dessa conjuntura depois de um ciclo de expansão combinada, muitas vezes, com interiorização, o corte de verbas de manutenção e renovação das instituições, abandonando a infraestrutura física dos *campi*. Esse processo tem reverberação nas atividades das IPES, na pesquisa e extensão, mas igualmente sobre o ensino e a permanência estudantil, criando uma forte evasão. O trabalho também é marcado pela precarização, pela via da terceirização e da desproteção.

O quadro piora com o governo Bolsonaro (2019-2022) que se assentou em uma imensa crise econômica, social e política (mundial e no Brasil) e pode ser caracterizado como de extrema direita. Continuamente defendendo um regime autoritário e utilizando, de forma permanente, chantagens e ameaças às liberdades democráticas, teve como marco o significativo agravamento da crise política e institucional, sobretudo no contexto da descontrolada pandemia de Covid-19 e da enorme crise social, marcada pelo desemprego e aumento da miséria e da fome.

Entre seus principais feitos, registra-se a realização de mais uma Reforma da Previdência, em 2019, que atacou profundamente uma série de direitos conquistados, em especial o acesso à aposentadoria, aprofundando as perdas iniciadas no governo de Cardoso. Com ela, afetou a todos os trabalhadores no Brasil. Promoveu o congelamento de reajustes salariais para os servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no período de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com a justificativa dessa medida ser necessária em função da Pandemia da Covid-19.

Seu governo enfatizou medidas de desfinanciamento das IFES, precarização do trabalho e ameaças à liberdade de cátedra, ataques à autonomia universitária por meio de intervenções na gestão das IFES e nomeação de Reitores em desrespeito às escolhas das comunidades universitárias. A educação superior brasileira, especificamente as instituições públicas de educação superior, têm sido alvo de constantes ataques que se articulam em inúmeras frentes, a começar pela desqualificação pública destas instituições, do conhecimento nelas produzido e de suas comunidades, incluindo-se aí a perseguição a docentes e instituições. Depois da curta gestão, porém repleta de problemas<sup>12</sup>, de Ricardo Velez Rodriguez, o então ministro Abraham Weintraub, em entrevista ao Estado de São Paulo, em abril de 2019, afirmou que cortaria verbas das universidades por causa da "balbúrdia" nos *campi* e citou os cortes de 30% já realizados no orçamento da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estava sob observação<sup>13</sup>. Ainda em novembro, Weintraub voltou à carga afirmando que havia "plantações extensivas de maconha" nas universidades brasileiras "a ponto de ter borrifador de agrotóxico", o que reiterou em suas redes sociais. Menos de um mês depois, defendeu a presença da polícia nos *campi*, a cobrança de mensalidade na pós-graduação e criou regimento para restringir a participação de cientistas brasileiros em congressos, fóruns, seminários, feiras e afins - atividades essenciais ao fazer acadêmico - mesmo quando as viagens não fossem pagas pelo governo. Esse clima de ataque contribuiu para se ampliar a violência contra as instituições federais e suas comunidades. Desde 2016, escalando com as eleições de 2018 e se agravando pelas ações do próprio governo, diversos intelectuais, professores e escritores precisaram buscar o exílio após sofrerem ameaças. A professora da Faculdade de Direito da UnB, Débora Diniz, saiu do país ao receber ameaças de morte que se estendem a sua família, colegas e alunos da UnB. Mas não é caso único. Segundo reportagem do Correio Braziliense, desde 2017, pelo menos 41 acadêmicos brasileiros que se sentem inseguros buscaram ajuda da organização sem fins lucrativos *Scholars at Risk* (SAR) (Lisboa, 2020).

Cabe ressaltar que tal clima de ódio e ameaças não desapareceu com a eleição de Lula da Silva e mesmo com o fim do governo de Bolsonaro. Em dezembro de 2022, a professora Denize Sepulveda, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos de Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços-Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI), recebeu, via WhatsApp, uma série de mensagens misóginas e discriminatórias em relação às suas temáticas de pesquisas. No dia 05 de dezembro, as redes sociais de seu grupo de pesquisa receberam novas mensagens, inclusive com ameaças de morte. No dia 28 de março de 2023, a professora Denize Sepúlveda e o professor Denilson Oliveira, também da FFP, foram ameaçados diretamente dentro das dependências da Universidade por um estudante da

<sup>12</sup> Além de uma série de ações no âmbito da educação básica, como a alteração das regras do edital para Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que retirou a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas, suprimiu trechos que impunham certo padrão de qualidade e desresponsabilizou-as no que tange ao apoio ao combate à violência contra as mulheres e à promoção da cultura quilombola. Tal alteração foi cancelada dias depois pelo MEC, que alegou erro. Tem-se tentativa de controle ideológico do ENEM, dentre outras, afirmou que "Universidade para todos não existe" e que "As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica", afirmando o projeto de educação técnica - e rebaixada - para os trabalhadores expresso no Novo Ensino Médio (NEM) instituído no governo Temer.

<sup>13</sup> Cabe lembrar que, diante dos protestos e denúncias que se seguiram à publicação da entrevista, o (MEC) reduziu a verba de todas as instituições federais de ensino superior.

instituição, que invadiu a sala de aula do professor, que precisou sair com seus alunos. No dia 03 de abril de 2023, diversos estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) receberam ameaças de morte e estupro via redes sociais, com claro viés de gênero, classe e raça. Um estudante da universidade foi preso e admitiu ter enviado as mensagens. Ainda no início de 2023, foram dois ataques em escolas, um em São Paulo, outro em Blumenau, sendo esta última uma creche. Neste ataque, quatro crianças foram mortas, cinco ficaram feridas e uma professora que tentou conter o ataque foi morta a facadas. Na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, Zona Oeste da capital paulista, o atacante matou uma professora e deixou outras quatro pessoas feridas.

Outro curso de ação foi a intervenção na gestão superior das IFES. Segundo levantamento publicado pelo ANDES-SN, no governo Bolsonaro, 55 universidades federais fizeram consultas à comunidade acadêmica e formaram, de acordo com a legislação em vigor, listas tríplexes<sup>14</sup>. Destas, 22 sofreram intervenção federal, ou seja, tiveram nomeado outro Reitor que não o primeiro colocado na consulta e na lista. No caso dos IFs e CEFET, são três intervenções: o do Rio Grande do Norte, o de Santa Catarina e o Cefet/RJ, tendo este último passado pela nomeação de três interventores diferentes (Pereira, Zaidan, Galvão, 2022). O estudo mostra que uma série de fatores, incluindo influências políticas externas, tornaram o quadro extenso e cada vez mais complexo.

O terceiro eixo de atuação é o estrangulamento orçamentário das IFES e de toda a estrutura de ciência & tecnologia no país. Segundo Chaves, Guimarães e Reis (2022), a restrição dos recursos globais destinados às universidades federais, entre 2015 e 2021, foi de 2,13%, sendo que, entre 2016 e 2019, houve um crescimento de 5,86% de tais recursos e, entre 2019 a 2021, o que se observa é uma restrição de 7,55% nos recursos recebidos pelas universidades. Se pegarmos as despesas de investimento e custeio no mesmo período, a diminuição de recursos fica mais gritante: no caso de custeio, a redução é de 36,35%. No caso dos recursos destinados aos investimentos, a redução foi de 86,75%<sup>15</sup>.

Ao considerar o cenário em ciência & tecnologia, a situação é mais desoladora. As universidades federais, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram duramente atingidos. No caso das primeiras, os recursos destinados à função ciência e tecnologia sofreram um decréscimo de 43,15%. A CAPES, principal órgão de fomento à formação de pesquisadores de alto nível no país e no exterior, teve seu orçamento reduzido entre 2015 e 2021, em uma queda de 69,65%. Já o CNPq sofreu um corte de 57,52% no período, sendo o orçamento em 2021 menor que o liquidado em 2015. Todavia, o estrangulamento das IFES e, mais especificamente das universidades federais, não se esgota no aspecto orçamentário. Poderíamos, dentre outros, citar ainda a retenção de concursos para reposição de vacâncias e aposentadorias de professores e técnicos administrativos. No final de 2019, ano em que se aprovou um aprofundamento da Reforma da Previdência, o governo federal publicou o Decreto no. 10.185, de 20 de dezembro de

<sup>14</sup> A época da publicação do texto citado (fevereiro de 2022), dessas 55, duas aguardavam o decreto de nomeação: a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Alfenas. Nos dois casos, a consulta eleitoral foi respeitada pelo governo.

<sup>15</sup> É importante salientar que a queda nos investimentos, todavia, inaugura-se sob os governos de Dilma Rouseff (Cf.: Chaves; Guimarães; Reis, 2022).

2019, em que extingue inúmeros cargos da Administração Pública Federal e veda a abertura de concurso público e vagas adicionais (ASSUFURGS, 2019).

O ataque se estendeu aos projetos que buscam ampliar a privatização, a mercantilização e o empresariamento da educação superior - como é o caso do projeto de lei do Future-se. Na ocasião de seu anúncio, ao debater tal programa, afirmamos se tratar do projeto do capital para a educação superior que se dirigia, exatamente, à extinção de qualquer caráter público, ancorado em diversos pontos, com destaque para o desvirtuamento da autonomia universitária, monetarização do patrimônio público (fundos de investimento imobiliário) e o esvaziamento da gestão colegiada. É justamente, portanto, reorganizando o interior das IFES que o governo Bolsonaro buscava consolidar a exigência de transformação das instituições de ensino em organizações sociais, tal como prescrito por Cardoso em 1995, em projeto de reforma do Estado, com o intuito de consolidar o novo modelo de universidade mercantil, sem gratuidade, a que corresponde um perfil docente sem carreira e estabilidade, competitivo, empreendedor, terceirizado, facilmente substituível, distante, portanto, da perspectiva de oferta de formação humana emancipadora.

A pandemia de COVID-19 proporcionou “uma oportunidade imperdível” ao criar condições para implementação do trabalho remoto não apenas no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão, o que persiste e mesmo se aprofunda sob a glorificação da educação a distância e da hibridização já no novo governo Lula (2023-2026), como se pode ver no movimento da CAPES e do MEC de impulsionamento da UAB, com a oferta de 290 mil vagas, tanto de graduação quanto de especialização *lato sensu*, em cursos de educação a distância. Trata-se do maior número de vagas já ofertadas desde a criação do programa, em 2006, bem como na formação de grupo de trabalho, em maio de 2023, para discutir e apoiar a formulação de diretrizes para o ensino híbrido na pós-graduação *stricto sensu*.

A hibridização não atinge apenas as atividades de formação, mas o trabalho dos técnicos, com destaque para o modo como vem sendo implementado o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), normatização que combina o trabalho remoto com gestão por resultados. Criado em maio de 2022 (Decreto nº 11.072/22), o PGD é definido como um “[...] instrumento de gestão que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade” (Brasil, 2022) e toma o teletrabalho como uma das modalidades de realização das atividades de gestão na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG).

Embora tenhamos necessidade de dados mais amplos e consistentes referentes ao tamanho do teletrabalho nas IFES, estas aderiram rapidamente ao Programa e mantêm o teletrabalho integral ou parcial como modalidade, seguindo a normatização já implementada pelo governo. Podemos citar a Universidade Federal Fluminense que publicou, já em maio de 2022, o documento que institui a proposta na universidade e as três modalidades de trabalho contempladas: Teletrabalho Integral, Teletrabalho Parcial e Trabalho Presencial (IN n.º 28, de 12 de maio de 2022). Cabe ressaltar dois pontos referentes a esse processo: o primeiro é que, de acordo com este arcabouço legislativo e normativo, os custos em relação às instalações físicas, técnicas e equipamentos, que

deverão seguir as orientações de ergonomia e segurança no trabalho estabelecidas pelo órgão ou entidade, ficam por conta do técnico, salvo orientação ou determinação em contrário, em processo que repassa ao salário o custo com os meios de trabalho. O segundo movimento é o de afastamento destes técnicos da rotina da universidade e de seus processos pedagógicos, esvaziando os *campi*, desviando a atenção da precarização da infraestrutura das IFES.

Bolsonaro buscou aprofundar a retirada de direitos dos servidores públicos por meio da nova Reforma Administrativa, PEC n.º 32/2020, que determina a extinção da carreira docente. Entretanto, como priorizou a reeleição, postergou taticamente o seu processo de aprovação para seu próximo mandato, o que de fato não se deu. Ao perder a reeleição, deixou essa tarefa para o governo de Lula/Alckmim, premido pela chantagem praticada pelo chamado Centrão<sup>16</sup>.

Nesses quase 9 meses, o governo criou o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em tese com o objetivo de valorizar os serviços e servidores públicos, concedeu algumas migalhas ao funcionalismo federal civil (o percentual foi de 9%, quando as perdas acumuladas no setor, de acordo com o ANDES-SN ultrapassavam a 49,28% (ANDES, 2022), nos últimos 10 anos, sendo 27% delas contraídas só no governo de Bolsonaro (ANDES, 2023), bem como um aumento de 200 reais no auxílio alimentação que não chega aos aposentados), reajustou o piso nacional do magistério, realizou alguma recomposição do orçamento das IFES, bem como o do complexo de Ciência, Tecnologia e Inovação, além de elaborar um discurso de valorização das universidades e institutos federais, bem diferente do governo anterior, o que cria um efeito de alívio, fundando um clima de ruptura completa que não se faz verdadeiro. Acenou ainda fortemente aos estudantes com a recomposição das bolsas de estudo na graduação e na pós-graduação.

Todavia, sob um espaço muito pequeno de manobra política, o governo fez aprovar um novo arcabouço fiscal que não é muito diferente do teto de gastos imposto por Temer, seguindo a mesma lógica de ajuste fiscal, cuja meta é garantir superávits primários e o pagamento da Dívida Pública, privilegiando o capital financeiro e o setor agroexportador. Ademais, não revogou as medidas mais deletérias dos governos Temer e Bolsonaro no campo educacional, em especial o Novo Ensino Médio (NEM); caminha na direção do fortalecimento do EaD e do teletrabalho<sup>17</sup>; realizou uma transição problemática no MEC<sup>18</sup>

<sup>16</sup> O termo “Centrão” aparece no bojo da Constituinte para designar um grupo de parlamentares conservadores e fisiológicos que se opunham a mudanças mais estruturais defendidas pelas forças progressistas nas discussões e votações da nova Constituição Federal. Contemplados com muitos acenos pelo governo Sarney, impediram avanços civilizatórios importantes. Formado por políticos com um perfil parlamentar pouco importante e mais atento a questões que garantam sua sobrevivência política (e até financeira) do que interessado nos grandes temas nacionais, ocupa cerca de 200 cadeiras na Câmara e usa o peso de seu número para “negociar”, em relação ao governo, vantagens, como emendas parlamentares (Ver: Soares, 2022).

<sup>17</sup> Pode-se citar também: o aumento irrisório do salário-mínimo, de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, em meio a alta inflação e desemprego; a aprovação da Reforma tributária, que mantém e aprofunda a estrutura regressiva do sistema de impostos, taxando mais os assalariados e a proposta de marco temporal, que estabelece que apenas as terras ocupadas ou disputadas por indígenas na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, podem ser demarcadas. Se aprovado, o marco temporal inviabilizará muitas demarcações e abrirá espaços para agronegócio e mineração e outros setores, sobre os territórios ocupados pelos indígenas e a proposta de reforma sindical, que prevê cooptar organizações sindicais colaboracionistas e eliminar as oposições, para dessa forma, garantir o apaziguamento propalado durante a campanha eleitoral e prometido aos setores do alto empresariado a que o novo governo se uniu.

<sup>18</sup> A montagem do chamado grupo de transição, em novembro de 2022, deixa claros os limites da frente ampla que elegeu Lula no que tange à educação. O grupo foi composto por maioria de representantes da burguesia brasileira, especialmente fundações empresariais e do terceiro setor, Sistema S e instituições privadas de ensino. Parcela significativa desse bloco permanece no MEC. É o projeto do/para o capital na educação.

e executou contingenciamento, em agosto de 2023, de parcela do orçamento supostamente recomposto e consulta o TCU para não cumprir os mínimos constitucionais em saúde e educação em 2023.

## Considerações Finais

Como se pode constatar, embora com diferenças, a essência do projeto econômico e educacional do/para o capital empreendido pelos governos estudados é preservado, com aprimoramentos e aprofundamentos, desde 1990 e segue obtendo avanços no governo atual, posto que o governo Lula/Alckmim, que representa uma frente ampla com setores do alto empresariado, não rompe com a lógica do projeto neoliberal e não prevê a revogação das grandes “reformas” empreendidas pelos dois governos anteriores. Ao contrário, vem justificando, aprovando e anunciando novas medidas requeridas pelos distintos setores da burguesia em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Pode-se concluir que o projeto para a educação superior no país, assim como para toda a área social, penaliza a população pobre, que vem perdendo o acesso aos direitos sociais e ao trabalho com proteção social. Essa tendência se expressa no próprio trabalho exercido no setor público e na IPES, mas até na retomada da hegemonia do projeto empresarial para a educação. No setor público, o robustecimento do EaD e do teletrabalho nos marcos do novo arcabouço fiscal já são realidade.

Constata-se que há muitos desafios. E o maior deles parece ser atribuir nexos ao conjunto das evidências retratadas, entender a realidade histórica e social do país e sua posição no capitalismo mundial, sob uma perspectiva de totalidade, com vistas a proposição de alternativas de análise e de intervenção coletiva. É preciso entender e saber explicar que o sistema capitalista tem essência destrutiva e desumanizadora.

Mas é importante destacar que, ante ao projeto neoliberal que avança, há registros de resistência por parte de trabalhadores e população pobre no Brasil e em todas as partes do mundo. No Brasil, há greves de várias categorias, inclusive de aplicativos, tão amplamente explorados no momento e já com alguns ganhos. Trabalhadores dos correios e metroviários lutam contra a privatização de seus setores. Populações lutam contra a mineração desenfreada e destrutiva da vida, do meio ambiente e de patrimônios culturais. A luta está presente nas redes públicas de educação do país (estaduais e municipais), sobretudo pelo cumprimento do piso salarial que segue sendo pautada. Docentes de universidades estaduais lutam contra o congelamento salarial que aflige a categoria. Mas a luta está fragmentada. Nas IFES, houve muitas greves, embora durante todo o governo Bolsonaro, não se tenha registro de greve contra os profundos ataques promovidos à categoria. Nem mesmo contra o congelamento salarial.

Os servidores públicos lutam contra essa desvalorização. A Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) é a única que, situando-se como oposição de esquerda, apresenta-se contra essas reformas do novo governo e defende e estimula mobilizações para barrá-las ao lado dos trabalhadores (Ver: Soares, 2013; Antunes; Silva, 2015; Camargo; Bersani, 2023). Há muitas organizações sindicais e partidos políticos ditos de esquerda que afirmam haver avanços no atual governo. E há Centrais sindicais que promovem colaboracionismo com o

patronato/governo enquanto a reforma sindical continua no horizonte (César, 2023; CUT, 2023; Correio do Povo, 2023).

O presente artigo mostra que os primeiros governos do PT não concretizaram a defesa da educação pública como direito, mas operaram – e continuam operando - sua reconfiguração neoliberal com nuances democratizantes. Os governos de Temer e Bolsonaro, por sua vez, promoveram ataque aberto ao trabalho, à área social e à educação superior. O novo governo Lula/Alckmim aponta para a rearticulação da conversão das IPES ao projeto de educação do/para o capital, capturando trabalhadores em redes de esperança e subordinação.

Pode-se constatar que o quadro de precarização do trabalho e de mercantilização das IPES tende a seguir se aprofundando, como de resto ocorre em outros setores, como resultado da busca dos capitais por ampliação de suas taxas de lucratividade. Com efeito, a luta existente nas IPES e em outros espaços, embora presente, está fragmentada, latente, mas pode se revelar potencialmente forte, a depender das circunstâncias. O devir pode surpreender as melhores previsões.

## Referências

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Diretor do ANDES-SN explica reajuste de 19,99% reivindicado por servidores federais.** Brasília (DF): atualizado em 29 de Março de 2022 às 12h22. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/diretor-do-aNDES-sN-explica-reajuste-de-19-99-reivindicado-por-servidores-federais1>, acesso em 29/12/2023.

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **ANDES-SN e FONASEFE encaminham resposta sobre proposta de reajuste emergencial do governo.** Brasília (DF): atualizado em 22 de março de 2023 às 14h13. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-e-fonasefe-encaminham-resposta-sobre-proposta-de-reajuste-emergencial-do-governo1>, acesso em 29/12/2023.

ANDESUFGRS. Carreira docente: recente conquista, crescentes ataques. **InformANDES na UFRGS.** 21 fev. 2020. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/carreira-docente-recente-conquista-crescentes-ataques/>. Acesso em: 30 set. 2023.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 28, n. 75, 2016. DOI: 10.9771/ccrh.v28i75.20066. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/20066>. Acesso em: 23 dez. 2023.

ASSUFURGS. **Decreto de Bolsonaro proíbe concurso público para cargos de TAEs e extingue mais de 27 mil cargos federais.** Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2019/12/26/decreto-de-bolsonaro-proibe-concurso-publico-para-cargos-de-taes-e-extingue-mais-de-27-mil-cargos-federais/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BASÍLIO, Ana Luísa. Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC. **Carta Capital**. São Paulo: 08 abril 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/>. Acesso em: 20 mar.2023.

BEHRING, Elaine. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. *et alii*. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 153- 180.

BIANCHETTI, Lucidio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 89–110, jan. 2014.

CAMARGO, Amanda de Souza; BERSANI, Humberto. Atuação das centrais sindicais no contexto da covid-19: aproximações e distanciamentos / Role of the union centrals in the context of covid-19: approximations and distances. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–27, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/58519>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. A corrupção venceu a esperança. **Universidade e Sociedade**. DF, Ano XVI, Nº 38, junho de 2006 – p. 9-17). Disponível em: <[https://www.andes.org.br/img/midias/553c901c1afe58b0e86e611b79767732\\_15478412\\_37.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/553c901c1afe58b0e86e611b79767732_15478412_37.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CARVALHO, Ilaine Antunes de. **Escândalo do Mensalão do PT: Qual o Limite da Corrupção?** Brasília. Monografia [Trabalho de conclusão de Curso de Graduação] – Curso de Bacharelado em Ciência Política. Brasília: 2013. 46p. Universidade de Brasília. 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/196876532.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CESAR, Ismael José. A Luta dos Servidores no Governo Lula. São Paulo: CUT, 10 Outubro, 2023 - 00h00. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/a-luta-dos-servidores-no-governo-lula-4c18> , acesso em 29/12/2023.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Revista Educação em Questão**, 51(37), 2015. p. 95–120.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues; REIS, Luiz Fernando. A Privatização do Estado Brasileiro e o Financiamento das Universidades e da Ciência & Tecnologia no Governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 38, n. 00, 2023. DOI: 10.21573/vol38n002022.122760. Acesso em: 20 mar. 2023.

COLETIVO EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO DE QUALIDADE. É urgente que o governo Lula entenda: o Ensino Médio não é uma pauta menor. **Carta Capital**, São Paulo: dez. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/displigencia-do-mec-pode-custar-carro-a-milhoes-de-jovens-brasileiros/>. Acesso em 22 dez 2023.

CORREIO DO POVO. Em carta enviada ao Congresso, Lula confirma plano de reforma sindical. **R7**, 02/02/2023 | 18:54. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/em-carta-enviada-ao-congresso-lula-confirma-plano-de-reforma-sindical-1.981565>, acesso em 29/12/2023.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Lula anuncia investimentos de R\$ 2,44 bi em universidades e institutos federais. **CUT Notícias**, 20 Abril, 2023 - 10h43, última modificação: 20 Abril, 2023 - 11h26. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/lula-anuncia-investimentos-de-r-2-44-bi-em-universidades-e-institutos-federais-d21d>, acesso em 29/12/2023.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**. Vol. 5, n. 8 (jan./jul. 2017). Niterói: NIEPMarx, 2017, pp. 45-67. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 10 abril 2023.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da previdência privada**. Rio de Janeiro: 2006. 269p. Tese [Doutorado em Serviço Social] – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008, 249p.

LISBOA, Ana Paula. Acadêmicos brasileiros se exilam por ameaças de morte. **Correio Braziliense**. Brasília: 13, março, 2020. Seção eu estudante/ensino superior. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_ensinosuperior/2020/03/13/interna-ensinosuperior-2019,834162/academicos-brasileiros-se-exilam-por-ameacas-de-morte.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2020/03/13/interna-ensinosuperior-2019,834162/academicos-brasileiros-se-exilam-por-ameacas-de-morte.shtml). Acesso em: 20 mar. 2023.

MAGALHÃES, Ana Maria Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 2, p. 467–489, jul. 2018.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação & Sociedade**, vol. 38, núm. 141, Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87353796002> DOI: [10.1590/ES0101-73302017176927](https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176927). Acesso em: 29 set. 2023.

MELO, Savana Diniz Gomes. **A Convergência da Reforma Administrativa e da Reforma da Educação Profissional no CEFET-MG**. 2002. 258 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2002.

OTRANTO, Celia Regina. Desvendando a política da educação superior do governo Lula Universidade e Sociedade. DF, Ano XVI, Nº 38, junho de 2006 – p. 19-29). Disponível em:

[https://www.andes.org.br/img/midias/553c901c1afe58b0e86e611b79767732\\_1547841237.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/553c901c1afe58b0e86e611b79767732_1547841237.pdf). Acesso em: em 15 ago. 2023.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco; Z AidAN, Junia Claudia Santana de Mattos; GALVÃO, Ana Carolina. **A invenção da balbúrdia**: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília, DF: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2022. Disponível em: [https://issuu.com/andessn/docs/andes-sn\\_-\\_dossi\\_aib\\_-\\_digital\\_1](https://issuu.com/andessn/docs/andes-sn_-_dossi_aib_-_digital_1) . Acesso em 7 mar. 2023.

ROCHA, Francilene Macedo Rocha. (2022). **Da invenção à destituição da carreira do professor federal**: a vulnerabilidade do trabalho docente na universidade mercantil. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA Jr., João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009,

SILVA, Itamar Mendes da; NAJJAR, Jorge Nassim Vieira; LIMA, Marcelo. Gestão curricular no ensino superior: contextos de desenvolvimento. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.18, n.1, p.40-62, jan./mar. 2020.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 541–564, set. 2013.

SOARES, Rudson Pinheiro. O fator “Centrão”. **Revista Adusp**, São Paulo, n. 66, p. 71-74, dez. 2022. Disponível em: <https://adusp.org.br/publicacoes/revistas/revista-no-66-dezembro-2022/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

TAVARES, Neto; NOGUEIRA, Sabrina Colares. **A reforma sindical na era Lula: pontos e contrapontos. Le monde diplomatique Brasil**. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-reforma-sindical-na-era-lula-pontos-e-contrapontos/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Submetido em: 30/12/2023

Aprovado em: 28/12/2023

Publicado em: 29/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)